

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os negócios da Companhia, a situação financeira, o resultado das operações, e as perspectivas poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: a instabilidade social e política; expansão ou contração da economia global ou brasileira; controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; flutuações cambiais relevantes; alterações no regime fiscal e tributário; liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; taxas de juros; inflação; política monetária; política fiscal; risco de preço; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implantação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

A não obtenção das Licenças de Operação poderá afetar negativamente ou inviabilizar o Plano de Negócios da Companhia;

O não sucesso dos Testes Pré-Clínicos e Clínicos das insulinas desenvolvidas pela Companhia, poderão colocar em risco ou inviabilizar o Plano de Negócios e o futuro da Companhia.

A não obtenção das Licenças e Aprovações Regulatórias sobre o Produto e sobre o Processo de Fabricação da Companhia, podem colocar em risco o futuro da mesma.

A instabilidade do câmbio poderá afetar à Companhia, face à previsão de que grande parte dos investimentos ou serviços origina-se do exterior. O risco cambial poderá afetar principalmente o montante de investimento previsto no Projeto da Companhia, como também em parte da receita da Companhia, advinda das subsidiárias no exterior.

Elevação de juros, ou taxas de juros instáveis podem produzir efeitos negativos à Companhia, como obrigações financeiras mais onerosas, em decorrência dos futuros financiamentos do Projeto da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- (a) riscos para os quais se busca proteção.**
- (b) estratégia de proteção patrimonial (hedge).**
- (c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).**
- (d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.**
- (e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.**
- (f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.**
- (g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

- (a)** O projeto de investimentos da Companhia prevê um volume significativo de importação de equipamentos e serviços, os quais estão sujeitos a riscos de variação cambial do Real frente a moedas externas.
- (b)** A Companhia pretende proteger-se de tais riscos de variação cambial sobre os investimentos futuros em moeda estrangeira, pois tal risco pode afetar a capacidade financeira da Companhia em completar seu Projeto de investimentos.
- (c)** A Companhia utilizou como mecanismo de proteção cambial (hedge) para seus investimentos futuros, dos quais grande parte são de equipamentos importados, e sujeitos a variação cambial, a expatriação e manutenção de importante parcela deste investimento em moedas externas. Recursos estes foram provenientes da recente capitalização da Companhia.
- (d)** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para cumprir com seu projeto de investimento.
- (e)** A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**).
- (f)** A Companhia mantém controle efetivo e detalhado de todos os compromissos assumidos, financeiros ou não. A Administração da Biommm reforçou sua equipe de controladoria há um ano, quando iniciou implantação de controles e processos internos, implantação de moderno ERP, e hoje mantém tais controles bastante eficientes.
- (g)** A administração da Biommm SA mantém controle ativo de todas as licenças de implantação do projeto e de operação necessárias.
- (h)** A Companhia mantém acompanhamento efetivo do cronograma do projeto de engenharia da Fábrica de Nova Lima, o qual passa no momento pela finalização da revisão do projeto básico, pela empresa de engenharia do proprietário contratada em

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

conjunto com a equipe da Biomm. O próximo passo da Companhia, previsto para finalização em 2014, é a contratação da empresa de engenharia de projeto detalhado, para em seguida dar início às obras do empreendimento.

A Administração da Biomm mantém acompanhamento contínuo e detalhado dos testes pré-clínicos e clínicos e trabalhos de CMO (Contract Manufacturing Operations), os quais vem apresentando resultados positivos esperados dos produtos desenvolvidos pela Biomm, que posteriormente serão produzidos em escala na fábrica de Nova Lima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

Não foram identificados alterações significativas nos principais riscos de mercado. Além disso, a Companhia vêm aprimorando o monitoramento e o controle de seus riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não se tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não há como prevê-las. Os negócios da Companhia, a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: a instabilidade social e política; expansão ou contração da economia global ou brasileira; controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; flutuações cambiais relevantes; alterações no regime fiscal e tributário; liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; taxas de juros; inflação; política monetária; política fiscal; risco de preço; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implantação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais
<ul style="list-style-type: none"> • A Companhia continua desenvolvendo esforços no aperfeiçoamento de suas tecnologias, tornando a produção de proteínas terapêuticas mais competitivas, ampliando a proteção de sua propriedade intelectual em outros países e desenvolvendo relações comerciais, sobretudo internacionais, de forma a permitir a negociação das tecnologias mencionadas. • Atualmente, a Companhia está dedicada a dois projetos: • Projeto Nova Lima: Implantação da Unidade de produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Minas Gerais. • Até a data de 31 de dezembro de 2013, ocorreram os seguintes fatos: • A Biommm está em processo de implantação de uma unidade biofarmacêutica, destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas por engenharia genética (Biofármacos) em Nova Lima, Minas Gerais. Para tal, a Companhia captou recursos para o investimento que foram oriundos de investidores e agentes financiadores, com o apoio de órgãos da administração direta do Governo Federal e de Minas Gerais, e outras instituições ligadas à pesquisa e desenvolvimento. • No dia 30 de agosto de 2013, pela assembleia geral extraordinária, fora efetivada a reforma do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de (i) adaptá-lo às determinações do Regulamento do Bovespa Mais da BM&FBOVESPA; (ii) refletir a extinção das ações preferenciais da Companhia e a consequente alteração do número de ações ordinárias, concretizado no dia 02 de setembro de 2013; (iii) atualizar a redação do Estatuto Social da Companhia com vistas à adoção de melhores práticas de governança corporativa; e (iv) estabelecer capital autorizado para emissão de novas ações ordinárias da Companhia em até o limite de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). • A Companhia concluiu um processo de capitalização entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, com: (i) a subscrição e integralização de 12.551.076 (doze milhões quinhentas e cinquenta e uma mil e setenta e seis) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,53 (onze reais e cinquenta e três centavos) por ação, totalizando R\$144.713.906,28 (cento e quarenta e quatro milhões setecentos e treze mil novecentos e seis reais e vinte e oito centavos) durante o prazo para exercício do direito de preferência no âmbito do Aumento de Capital, que se iniciou em 22 de novembro de 2013, inclusive, e se encerrou no dia 21 de dezembro de 2013; (ii) a subscrição e integralização das sobras de ações não subscritas no referido prazo para exercício do direito de preferência, ocorreu com a subscrição de 937.412 (novecentos e trinta e sete mil quatrocentos e doze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$10.808.360,36 (dez milhões oitocentos e oito mil trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), durante o prazo para a subscrição de sobras, que se iniciou em 31 de dezembro de 2013, e se encerrou no dia 4 de janeiro de 2014, inclusive, e (iii) o decurso do período de retratação concedido aos subscritores no âmbito do Aumento de Capital, entre o dia 10 de janeiro de 2014, e o dia 20 de janeiro de 2014, sem qualquer exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do direito de retratação pelos subscritores. O volume total das subscrições foi de 13.488.488 (treze milhões quatrocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, no valor total de R\$155.522.266,64 (cento e cinquenta e cinco milhões quinhentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) representando 77,76% (setenta e sete vírgula setenta e seis por cento) do montante máximo do Aumento de Capital aprovado, tendo sido subscrito e integralizado, portanto, o número mínimo de ações necessário para que o Conselho de Administração homologue o Aumento de Capital, conforme informado nos Avisos aos Acionistas divulgados em 21 de novembro de 2013, 30 de dezembro de 2013 e 10 de janeiro de 2014.

- Em complemento dos recursos necessários do Projeto econômico-financeiro de construção da nova fábrica de insulina, a ser localizada em Nova Lima – MG, como também para a cobertura das despesas desta fase pré-operacional, manutenção dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento, e testes clínicos, a companhia informa, que em continuidade às deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de agosto de 2013, celebrou, na data de 19 de setembro de 2013, os seguintes contratos de financiamento: a) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.556.752,00 (setenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais); b) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103.215,00 (vinte e seis milhões, cento e três mil, duzentos e quinze reais); c) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG; e d) Escritura Pública de Contrato de Financiamento celebrada com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.437.995,99 (setenta milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos), de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos.
- Assinado o contrato de compra e venda do terreno onde se implantará a unidade biofarmacêutica; iniciados trabalhos de engenharia e de assuntos regulatórios e obtida a licença ambiental prévia.
- A companhia investiu no projeto de CMO (Contract Manufacturer Organization), com uma empresa alemã, para produzir lotes de insulinas a serem utilizados nos testes pré-clínicos e clínicos, utilizando a tecnologia da BIOMM, testes estes necessários para a obtenção da licença de produção e comercialização e até o momento obteve respostas positivas de aprovação.
- Outro importante investimento realizado foi a assinatura do Projeto Básico de Engenharia, desenvolvido por um consórcio de empresas americana e alemã, especialistas neste tipo de indústria. Este projeto foi concluído em dezembro último, e está em fase de tropicalização, junto a empresa de Engenharia do Proprietário, recém contratada pela Biommm.
- A companhia encerrou o exercício de 2013 com disponibilidade no exterior no montante de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

71.798 (setenta e um milhões setecentos e noventa e oito mil Reais) e certificados de depósitos bancários no valor de R\$ 18.770 (Dezoito milhões setecentos e setenta mil Reais). Estas verbas são direcionadas para o pagamento dos fornecedores que serão contratados para a construção da unidade fabril em Nova Lima.

- Projeto Arábia Saudita: Transferência de tecnologia de produção de insulina
- Aos resultados da Biomm S.A., consolida-se nas demonstrações financeiras as informações contábeis da Biomm International Inc., constituída em 29 de abril de 2003, com sede na cidade de RoadTown, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas, subsidiária integral da Biomm S.A.
- A Biomm também está licenciando sua tecnologia e participando do projeto de implantação de uma planta de produção de insulinas humanas recombinantes na Arábia Saudita. Entre 2011 e 2012 este projeto na Arábia Saudita desenvolveu-se em ritmo abaixo do previsto, em função da conjuntura da economia mundial. Porém, retomou seu desenvolvimento no segundo semestre de 2013, quando fora retomada a negociação para contratação do projeto de Engenharia Básica para sua fábrica de insulina, que será construída naquele país, nos moldes da fábrica brasileira da Biomm.
- A JV tem o capital inicial de SR45.000 mil (SR=Rial Saudita; US\$ 1 equivalente a SR3,7505 em 31 de dezembro de 2013 e SR3,7509 de 2012), sendo que Gabas Holding subscreveu ações que equivalem a 51% do capital total e a Biomm ME 49%. Durante o mês de dezembro de 2011 houve integralização de capital por parte dos acionistas. Apesar do acionista estrangeiro possuir 51% do capital da JV, o seu estatuto social assegura que nenhum dos acionistas exercerá, individualmente, preponderância nas deliberações sociais.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social está representado por 29.890 mil ações, sendo todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, no valor total de R\$ 157.776 (17.339 mil ações, sendo 7.543 mil ordinárias e 9.796 mil preferenciais, totalizando R\$13.050 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, o quadro de acionistas da Companhia estava sofrendo alterações devido ao processo de capitalização iniciado no mês em questão. No dia 30 de janeiro de 2014, foi homologado o aumento de capital sendo confirmado o quadro de acionistas da Companhia. Os principais acionistas da Companhia são o Grupo TMG (i.e., IBR e outros) (21,66% das ações), Grupo Mares Guia (17,61% das ações), Grupo Emrich (9,93% das ações), BNDESPAR (13,99% das ações), BDMGTEC (8,13% das ações), FAMA Investimentos (4,83% das ações), Grupo Gaetani (5,34% das ações), os acionistas remanescentes somam 18,51% das ações.

Quanto a possibilidade de resgate de ações, não há autorização do estatuto ou de assembleia geral extraordinária para a aplicação de lucros ou reservas no resgate e não há intenção da Companhia em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fazê-lo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui disponibilidade de recursos oriundos do processo de capitalização que ocorreu de Novembro de 2013 a Janeiro de 2014. Em 19 de setembro de 2013, os controladores à época da Companhia celebraram o Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Subscrição") que previa, entre outras disposições, o investimento na Companhia pelas seguintes entidades: IBR L.P. (sociedade controlada pelo fundo TMG II PE Fund L.P., denominado "IBR"), BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. ("BNDESPAR"), BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A. ("BDMGTEC"). O Contrato de Subscrição captou recursos que foram remetidos ao exterior para o pagamento de seus fornecedores. Além disso, a companhia assinou contratos de empréstimo com os bancos de fomento (conforme detalhado no item 10.1a) que prevê a liberação do restante de recurso necessário para a construção da unidade industrial biofarmacêutica da Companhia em Nova Lima – Minas Gerais. Veja no quadro a apresentação do caixa líquido, que demonstra as disponibilidades frente aos compromissos assumidos da Companhia em 2013.

	Controladora			
	31.12.13		31.12.12	
	Moeda		Moeda	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Depósitos bancários US\$	10.000	23.420	-	-
Compromissos em US\$	(1.468)	(3.439)	(1.613)	(3.295)
Caixa Líquido em US\$	8.532	19.981	(1.613)	(3.295)
Depósitos bancários EUR	15.000	48.378	-	-
Compromissos em EUR	(26)	(83)	-	-
Caixa Líquido em EUR	14.974	48.295	-	-
Compromissos em Rial	(22.050)	(13.772)	(22.050)	(12.015)

	Consolidado			
	31.12.13		31.12.12	
	Moeda		Moeda	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Depósitos bancários US\$	10.809	25.315	-	-
Compromissos em US\$	(584)	(1.369)	(570)	(1.164)
Caixa Líquido em US\$	10.225	23.946	(570)	(1.164)
Depósitos bancários EUR	15.000	48.378	-	-
Compromissos em EUR	(26)	(83)	-	-
Caixa Líquido em EUR	14.974	48.295	-	-
Compromissos em Rial	(22.050)	(13.772)	(22.050)	(12.015)

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

1.1.1. Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os recursos aportados pelo processo de capitalização da Companhia e contratos de financiamentos também firmados com vistas à implementação do Projeto de implantação da unidade industrial biofarmacêutica da Companhia em Nova Lima.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos são essencialmente coincidentes com as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, quais sejam, os recursos aportados pela subscrição de novas ações e contratos de financiamentos firmados.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas e; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os empréstimos detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, em sua maioria, eram para financiar o capital de giro da Companhia e foram liquidados em 17 de Dezembro de 2013, com os recursos provenientes do aumento de capital, restando o saldo de R\$1.851.

O Saldo dos empréstimos financeiros aberto, em 31.12.2013 é conforme segue:

Instituição	Contrato	Data de aquisição	Valor adquirido	Juros e Encargos	Saldo 31.12.12	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo 31.12.13
BDMG	Próinovação	13.07.2012	2.003	8% a.a.	863	529	1.322	1.851

A Companhia informa, que em continuidade às deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de agosto de 2013, celebrou, na data de 19 de setembro de 2013, os seguintes contratos de financiamento também com vistas à implementação do Projeto:

i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557. Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA são devidos juros à taxa fixa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O montante dos juros será exigível trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2013 e 15 de outubro de 2017, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2017, comprometendo-se a BIOMM a liquidar com a última prestação, em 15 de outubro de 2025, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

ii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. Às seguintes taxas: I - a serem cobrados ao BDMG pelo BNDES: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração); e II - a serem cobrados à Biommm pelo BDMG: 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O prazo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 imediatamente subsequente à data da formalização jurídica da operação, e encerrando-se em 15/10/2017. Durante o período de carência os juros serão exigidos trimestralmente. As amortizações serão em 96 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

iii) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 3,11% (três vírgula onze por cento) ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias), capitalizados mensalmente durante o período de carência. Referidos juros serão exigidos juntamente com as prestações de principal, nos respectivos vencimentos e na liquidação da dívida, exceto durante o período compreendido entre a liberação dos recursos e o vencimento da primeira prestação (período de carência), em que serão exigidos trimestralmente. O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A dívida será paga em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2017 e a última em 15/10/2025, independentemente da emissão de aviso de cobrança.

iv) Escritura Pública de Contrato de Financiamento celebrada com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referido. O montante de juros serão apurados e exigidos mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato.

Não existem cláusulas contratuais impondo restrições a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

É prática da Administração da Companhia manter o capital circulante necessário para administração da Companhia em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não existem cláusulas contratuais impondo restrições a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, controladora e consolidadas, foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiras ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP. As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

Base de Elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("BRL" ou "R\$"). As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. As diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no resultado abrangente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 2.1 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora e, das controladas sediadas no exterior, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio histórica. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago proporcional ao tempo de prestação de serviço do empregado. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos intangíveis

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As aplicações financeiras da Companhia são classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e são consideradas ativos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os fornecedores, empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Reconhecimento de receita**

A Companhia usa o método de percentagem de conclusão (POC) para contabilizar os seus contratos de prestação de serviços acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data base do balanço, como uma proporção dos serviços totais contratados. No consolidado, a receita de serviços decorrente da transferência de tecnologia e assessoria técnica é reconhecida proporcionalmente à etapa do serviço prestado em relação ao orçamento total do contrato, tendo como base os custos incorridos. Na controladora, a receita de Royalties é reconhecida quando do recebimento financeiro das parcelas referente ao contrato de transferência de tecnologia junto a JV, pela Biomm International.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Comentários dos diretores sobre o resultado operacional e financeiro****a) Resultados das operações da Companhia**

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- (iii) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**
- (iv) impacto da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A Biomm encontra-se em fase Pré-Operacional, e buscando aperfeiçoamento de suas tecnologias, tornando a produção de proteínas terapêuticas mais competitivas, ampliando a proteção de sua propriedade intelectual em outros países e desenvolvendo relações comerciais, sobretudo internacionais e, portanto, não gera receita operacional. Em 2013 a controladora registrou o valor de R\$ 254 (Duzentos e cinquenta e quatro mil Reais) referente à receita auferida através da transferência de tecnologia para o projeto da Arábia Saudita. Pelo fato da companhia encontrar-se em estágio pré-operacional, não foram registradas nenhuma outra receita de vendas no ano de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento especial

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou nenhuma alteração em seu segmento operacional. A Biommm S.A. é uma Companhia de biotecnologia que detém tecnologia de produção de insulina pelo processo de DNA recombinante. Caracteriza-se pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos. A Companhia possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos, os biofármacos. Em 2013, exceto pelo mencionado nos itens acima (referentes a nova composição do capital social da Companhia) não ocorreram nenhum evento ou operação que não seja usual.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Comentários dos diretores sobre:****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12)

A natureza e os efeitos das mudanças estão explicados abaixo.

Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 45 / IFRS 12 a Companhia alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto. De acordo com os CPCs mencionados acima, a Companhia classificou seus investimentos em empreendimentos controlados em conjunto. Ao realizar essa avaliação, a Companhia considerou que deveria alterar suas práticas contábeis de consolidação dos resultados da controlada, deixando de realizar a consolidação por linha do balanço e aplicando o método da equivalência patrimonial para seus empreendimentos controlados em conjunto.

Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas, para fins de comparabilidade. Todos os demonstrativos contábeis reapresentados foram divulgados na data de 27.03.2014 no corpo das notas explicativas da Demonstração Financeira de 31.12.2013 publicada na CVM.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Administração reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes da Companhia, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As ressalvas e ênfases seguem abaixo na íntegra conforme exposto por nossos Auditores Independentes:

Continuidade das operações

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e que apresentou prejuízo de R\$10.059 mil e R\$14.140 mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. Até que os resultados dos projetos sejam suficientes para a manutenção das operações, a Companhia continuará a depender do apoio financeiro dos seus acionistas majoritários. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

continuidade operacional da Companhia.

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência das mudanças de políticas contábeis, os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2012 e os correspondentes às demonstrações de resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findados em 31 de dezembro de 2012, bem como o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial que, para fins de IFRS, seriam avaliados ao custo ou ao valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Com relação às ressalvas apresentadas pelos auditores independentes quando elaboração e apreciação as demonstrações financeiras da Biommm S.A., os diretores da Companhia avaliam que excesso de passivos sobre ativos circulantes consolidados, o uso de recursos dos acionistas fundadores como forma de financiamento das operações da Companhia apesar de, em uma primeira análise, aparentemente gerar incertezas quanto à continuidade operacional de uma companhia, no caso concreto da Biommm, não existe risco substancial de tal cenário se desenhar. Os administradores da Companhia tem empenhado seus melhores esforços para, o mais brevemente possível, implementar de forma sólida e efetiva o projeto de insulina na Arábia Saudita. Adicionalmente, destacamos que a Administração da Companhia, especialmente o Conselho de Administração, tem, igualmente, se empenhado em traçar estratégias e elaborar planos de negócios para gerar crescimento e agregar valor aos negócios da Companhia.

Por fim destacamos que não foi necessário realizar qualquer ajuste nas demonstrações financeiras da Companhia em função das ênfases apontadas pelos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 11 e 12 - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível; 24 - valor justo de instrumentos financeiros.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia entende a importância de possuir fortes controles de gestão e procedimentos que mitiguem os erros causados por erros ou fraudes. A Companhia tem trabalhado com a implantação de novas regras e procedimentos para que a cultura da organização esteja sempre alinhada com as melhores práticas adotadas no mercado referente as regras de governança Corporativa. Listamos a seguir os controles que são desenvolvidos internamente: controle das movimentações financeiras ocorridas nas contas correntes mantidas em bancos comerciais bem como suas conciliações diárias na contabilidade; confronto diário entre os saldos apresentados nos extratos bancários e nos razão das respectivas contas contábeis; rígido controle das aplicações financeiras e suas movimentações; rígido controle de empréstimos e financiamentos e suas movimentações; controle de fornecedores e saldos em aberto; controle de contas a pagar, recebimento e lançamento de todas as notas fiscais de entrada; controle da base de intangíveis e dos ativos denominados "Ativos Qualificáveis" conforme CPC-20; rígido controle dos saldos e movimentações em moedas estrangeiras; Controle dos processos de compras, seguindo a matriz de alçada de aprovações estabelecido pela Companhia.

b) Deficiências e recomendações sobre o controle interno presentes no relatório do auditor independente

Como parte do exame das demonstrações financeiras, efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o entendimento dos controles internos considerados relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, até a presente divulgação deste item, nossos auditores não manifestaram nenhuma observação com relação aos controles internos da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

(i)	como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;
(ii)	se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;
(iii)	caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
A companhia não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários no(s) último(s) três exercícios sociais.	

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A implantação da nova fábrica da Biomm em Nova Lima - MG envolve a aquisição de máquinas e equipamentos, construções, instalações eletromecânicas, e serviços especializados que farão parte do ativo imobilizado e intangível da Companhia. Com o crescimento das operações, a Companhia terá como meta a implantação de novos controles e processos que visam mitigar os riscos inerentes ao negócio. O contrato já firmado para futura compra de serviço não demonstrado nos números da companhia nos demonstrativos contábeis apresentados de 31.12.2013, porém relatado em nota explicativa (Nota 26 – Nota de compromisso) é conforme segue:

- Serviços Regulatórios - Para que o produto da fábrica seja comercializado é necessária a geração de uma série de informações sobre o mesmo. Estes serviços incluem a produção em uma CMO - (Contract Manufacturer Organization) de amostras em condições de Boas Práticas de Fabricação para serem usadas em testes pré-clínicos e clínicos. Estas informações são submetidas posteriormente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela emissão do registro do medicamento, condição necessária para a sua comercialização.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não detém de nenhuma outra informação que não esteja publicada nas demonstrações financeiras de 31.12.2013.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b) natureza e propósito da operação e;

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O presente item não é aplicável uma vez que, não existiu nenhum item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013.